

ANÁLISES:

***Justiça Climática:  
é preciso começar do local  
para atingir metas globais!***

.....



A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, chamada “COP30”, que ocorre em novembro de 2025, em Belém, renova o protagonismo do Brasil na agenda ambiental global, rememorando a Agenda Rio 1990. No entanto, o país segue precisando olhar mais atentamente para o modo como as questões climáticas afetam de maneira desigual os distintos territórios e populações, tanto em escala regional quanto local. Trata-se, sobretudo, de contextos marcados por processos de vulnerabilização e precarização – nas florestas, no campo e nas grandes cidades brasileiras.

Apesar de avanços recentes, milhões de brasileiros ainda vivem sem acesso a serviços essenciais como água potável, esgoto sanitário, coleta e tratamento de resíduos sólidos, e drenagem de águas pluviais, além de abastecimento adequado e estável de energia elétrica. Não é preciso ir a regiões remotas do país para encontrar esta realidade. Nas principais cidades brasileiras, as regiões periféricas e de favela apresentam quadros alarmantes de pobreza energética e falta de saneamento básico.

Por isso, é fundamental que estas populações sejam envolvidas nas decisões sobre as prioridades da agenda climática global, a partir de suas experiências locais. Mais do que isso: é preciso valorizar as soluções climáticas criadas nestes contextos, considerando os desafios concretos e suas respostas eficazes. Nesta edição ANÁLISES, a Redes da Maré traz essa discussão sobre o impacto desigual da crise climática e os empenhos para combatê-la, a partir do Conjunto de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro.

*Da Maré para as nações e organismos internacionais que participarão da COP30, questionamos:*

***É possível reunir compromissos de enfrentamento aos desafios locais para alcançar metas globais pela proteção do clima e da vida no planeta?***

***Que espaço há para discutir abertamente injustiças climáticas decorrentes da segregação sócio-racial-ambiental nas grandes cidades?***

***Precisamos enfrentar a especificidade dos impactos ambientais que atingem populações racializadas, faveladas e periféricas.***

.....

## Injustiças climáticas no Conjunto de Favelas da Maré

A Maré é um dos maiores conjuntos de favelas do Brasil. Oficializada como bairro em 1994, reúne 15 favelas e cerca de 125 mil habitantes, sendo maior do que 96% dos municípios brasileiros<sup>1</sup>. É também o terceiro bairro mais denso da Zona Norte do Rio de Janeiro, com uma média de 29 mil habitantes por km<sup>2</sup>.

Seu território passou por um processo mais acelerado de urbanização a partir da década de 1980, como resultado de diferentes medidas habitacionais do Estado, Município e União, assim como da ocupação espontânea por parte de trabalhadores atraídos pela expansão industrial da zona metropolitana do Rio de Janeiro.

No entanto, as iniciativas de planejamento e zeladoria urbana não acompanharam o crescimento da região. A rede de serviços urbanos essenciais – como de esgoto, energia elétrica, coleta de lixo, abastecimento de água e transporte – é insuficiente para atender o mínimo existencial de seus moradores. Desse modo, além de não estarem asseguradas condições básicas de uma vida digna na Maré, há um crescente problema ambiental acirrado por um contexto de injustiça climática na cidade do Rio de Janeiro.

1 - Agência de Notícias, "[Censo 2022: Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em Favelas e Comunidades Urbanas](#)" novembro de 2024.

### O que é "Injustiça Climática"?

A injustiça climática se refere à **distribuição desigual** dos impactos das mudanças climáticas, em que comunidades vulnerabilizadas e precarizadas sofrem mais, mesmo tendo contribuído menos para o problema.

A desigualdade é multifatorial:

- Desigualdade de acesso a recursos;
- Desigualdade na responsabilidade;
- Desigualdade dos impactos sofridos.

Essa desigualdade se manifesta em eventos climáticos extremos mais frequentes e intensos – como altas temperaturas, inundações e secas – afetando desproporcionalmente o acesso a recursos como água e alimentos, além de aumentar os riscos à saúde e à segurança de parcelas da população<sup>2</sup>.

A injustiça climática ocorre em escala global, entre países ricos e pobres, e também em escala local, entre cidades e mesmo entre regiões de uma mesma cidade.

2 - Folha de S Paulo (Geovana Oliveira), "[O que é justiça climática? Entenda a expressão repetida em convenções e planos do clima](#)", outubro de 2024.

Em meio ao rápido crescimento urbano da Maré, são diversos os desafios socioambientais que os moradores enfrentam:

- Esgoto a céu aberto;
- Acúmulo de lixo e entulho;
- Enchentes;
- Poluição do Ar;
- Ilhas de calor;
- Contaminação das águas pluviais;
- Abastecimento restrito de água potável;
- Insuficiência energética;
- Depredação do mangue e áreas verdes do entorno.

Problemas como estes não são enfrentados por todos os moradores da cidade, mas são típicos em favelas e periferias, onde vivem os moradores mais pobres e majoritariamente negros. Por isso, são considerados indicadores de segregação e racismo ambiental e sinalizam um quadro de desigualdade dos impactos das mudanças climáticas, especialmente em meio a eventos climáticos extremos, como chuvas intensas e ondas de calor.

## Racismo ambiental?!

O racismo ambiental se refere à discriminação ambiental que afeta desproporcionalmente populações racializadas e pobres. Não é mera coincidência que as áreas da cidade mais expostas a riscos e desastres naturais sejam justamente as favelas e periferias urbanas. Nestas áreas, faltam infraestruturas e serviços básicos, e a gestão urbana é historicamente negligente.

A Maré está localizada em uma região que já foi composta por arquipélagos, praias, rios, estuários e manguezais, que integravam o modo de vida dos povos indígenas e ribeirinhos que ali habitavam. A partir do final do século XIX, e ao longo de todo o século XX, políticas urbanas governamentais transformaram a antiga enseada de Inhaúma em uma das primeiras **“zonas de sacrifício ambiental”** do Rio de Janeiro – ou seja, áreas que sofrem degradação ambiental devido a atividades industriais de alto impacto.

A criação da Nova Maré, uma das favelas que compõem a Maré, é um exemplo concreto de como o racismo ambiental opera. Implantada pelo poder público municipal em 1996, com habitações projetadas por arquitetos e urbanistas, mas com infraestruturas urbanas precárias em região de aterramentos da Baía de Guanabara, ela tinha o objetivo de receber famílias removidas de áreas de encostas e margens de rios. Hoje, de acordo com o Respira Maré – pesquisa realizada pela Redes da Maré em 2022 – essa é uma das favelas do território que mais concentra ilhas de calor<sup>3</sup>.

Há diversos outros indicadores que demonstram como a população da Maré é desproporcionalmente impactada pela poluição relacionada a agravamentos climáticos e de saúde. A pesquisa também identificou que as concentrações de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) na Maré variam entre 427 ppm, na Nova Holanda, e 517 ppm, na Vila do Pinheiro – valores acima da média global (415 ppm) e do nível ideal para conter o efeito estufa (350 ppm). Os resultados sobre o dióxido de nitrogênio (NO<sub>2</sub>) também são alarmantes: o gás, associado a impactos no desenvolvimento cognitivo infantil e a efeitos adversos no sistema nervoso central, excede significativamente o limite recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em todas as áreas da Maré.

Além disso, as políticas ambientais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas têm sido implementadas de forma a favorecer áreas e grupos mais privilegiados, enquanto negligenciam ou impactam negativamente territórios majoritariamente habitados por pessoas negras, pardas e indígenas. Embora existam algumas ações recentes voltadas para o enfrentamento das mudanças climáticas, ainda não há planos ou políticas consistentes que busquem reparar os efeitos históricos e estruturais do racismo ambiental nas favelas do Rio de Janeiro.

Por fim, também é racista a investida em remoções destas comunidades para reurbanização, como solução baseada na responsabilização dos habitantes pela depredação de áreas da cidade, por supostos maus hábitos no descarte de lixo doméstico ou por recorrerem a ligações irregulares de água e esgoto. Afinal, o que leva cidadãos a adotarem alternativas a serviços básicos de obrigação constitucional do Estado, como o saneamento básico, é justamente a omissão nesta prestação.

3 - Redes da Maré, [“Respira Maré: diagnóstico sobre ilhas de calor e qualidade do ar nas 16 favelas da Maré”](#), 2022.

Para construir um futuro de maior igualdade climática, o Brasil precisa-se voltar para suas favelas e periferias urbanas e reparar injustiças históricas. Como é possível que na segunda maior cidade do país mais de 2 milhões de cidadãos<sup>4</sup> vivam em condições precarizadas com infraestruturas urbanas deficitárias? Como podem estes cidadãos, que tanto movimentam os recursos da cidade e contribuem para sua prosperidade, serem culpabilizados pelas injustiças socioambientais a que são sujeitados após anos de negligência estatal?

## Correlação entre infraestruturas precárias e desastres climáticos: dados a partir da Maré

Quando falamos de problemas socioambientais em um contexto de mudanças climáticas que afetam o mundo contemporâneo, estamos correlacionando infraestruturas precárias de certas localidades com o agravamento de efeitos dos eventos climáticos extremos ou mesmo desastres climáticos experienciados nestas localidades. Ou seja, é em decorrência da precariedade em que vivem certas comunidades que elas são desproporcionalmente mais afetadas pelos eventos climáticos.

A partir de dados reunidos pela Redes da Maré sobre o Conjunto de Favelas da Maré, podemos destacar cinco dimensões desta correlação:

INFRAESTRUTURA PRECÁRIA	AGRAVANTES DE EVENTOS CLIMÁTICOS
Esgotamento sanitário	Contaminação das águas
Drenagem de águas pluviais	Enchentes
Coleta de lixo	Inundações (transbordamentos)
Abastecimento de energia	Incêndios
Áreas verdes	Poluição do ar e Calor extremo

4 - A população de favelas no Rio de Janeiro tem mais de 2 milhões de pessoas, o que representa cerca de 22% da população total da cidade, segundo dados do Censo 2022 do IBGE. Ao todo no Brasil, são 16.390.815 de pessoas vivendo em favelas e periferias urbanas, o que equivale a 8,1% da população do país.

Vide: G1 (Paula Paiva Paulo), "[População que vive em favelas cresce e chega a 8,1%, mostra Censo; no Norte, são 19%](#)", novembro de 2024.

**SANEAMENTO BÁSICO** é um conjunto de serviços essenciais para garantir a saúde da população e a preservação do meio ambiente, tais como:

**Abastecimento de água potável:** Envolve a captação, tratamento e distribuição de água para consumo humano. A água deve chegar à população com qualidade e própria para o consumo.

**Esgotamento sanitário:** Trata-se do sistema de esgoto, que coleta e trata os despejos da comunidade. Um sistema eficiente é fundamental para evitar doenças e a contaminação da água consumida.

**Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos:** Inclui a coleta, tratamento e destinação adequada do lixo produzido pela população, bem como a limpeza das vias públicas.

**Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas:** Trata do sistema de canalizações responsável pelo escoamento das águas da chuva. Um sistema de drenagem eficiente evita enchentes e alagamentos, que podem transmitir doenças como a leptospirose.

Ao todo, 100 milhões de pessoas não têm rede de esgoto no Brasil. Além disso, o número ainda mais preocupante é o de acesso à água potável: mais de 35 milhões de brasileiros não têm acesso adequado a este elemento vital, no país com a maior reserva de água doce do mundo. Este déficit significativo resulta em doenças evitáveis e agrava problemas socioambientais por todo o país, principalmente nas regiões norte e nordeste<sup>5</sup>.

O marco legal do saneamento, estabelecido pela Lei nº 14.026/2020, estabelece metas ambiciosas para a universalização. Até 2033, visa atender 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto. Mas a sua concretização enfrenta desafios como a falta de recursos financeiros, a complexidade da infraestrutura necessária e a necessidade de superar desigualdades regionais e sociais.

5 - Habitat Brasil, "[Principais problemas gerados pela falta de saneamento básico](#)".

Na Maré, as condições de saneamento básico variam significativamente entre as 15 favelas que a compõem, refletindo os períodos de construção urbana de cada favela, considerando que obras de saneamento básico não acompanharam o crescimento da região. Segundo a “Carta de Saneamento da Maré<sup>6</sup>”, as redes de esgoto da Maré não estão conectadas aos troncos coletores para estações de tratamento. Com isso, o esgoto é canalizado para os valões (rios extremamente poluídos por esgoto e lixo) que seguem sendo despejados na Baía de Guanabara. Muitas ruas possuem esgoto correndo a céu aberto, alagando durante as fortes chuvas. Também os lixões a céu aberto ainda são realidade, assim como a falta sistemática do abastecimento de água, já que o sistema público de encanamento data da década de 1960 e não supre a demanda atual da população.

Moradores lutam há décadas por melhorias nas condições urbanas da Maré. Mais recentemente, em 2025, foi alcançada uma conquista importante, com sentença proferida em uma Ação Civil Pública sobre o saneamento básico da favela Nova Holanda. O estado e o município do Rio de Janeiro e suas concessionárias foram obrigados a implementar sistemas de drenagem de águas pluviais e saneamento básico, além de pagar indenização pela degradação ambiental resultante da falta de estruturas adequadas. A ação foi movida pelo Ministério Público a partir de uma denúncia de um morador da região, e contou com a atuação da Redes da Maré como amicus curiae. Apesar da vitória, o desfecho deste caso ainda está em aberto, sob análise de instâncias superiores, enquanto a população aguarda pela responsabilização do poder público e a devida alocação de recursos para sanar um problema histórico<sup>7</sup>.

Quanto ao **saneamento básico**, sabemos que o Brasil enfrenta desafios significativos no sentido da universalização almejada pelo marco legal do saneamento (vide quadro adiante), A situação é bastante crítica nas favelas, onde a infraestrutura é escassa e frequentemente ineficaz.

6 - Redes da Maré, “[Carta de Saneamento da Maré](#)” 2020.

7 - Instituto Água e Saneamento, “[O papel da sociedade na decisão judicial que ordenou saneamento na Maré](#)”, julho de 2025

Aqui na Maré são gerados diariamente 13,9 milhões de litros de esgoto e, embora em algumas favelas as casas estejam conectadas à rede de esgoto, essas redes não estão conectadas aos troncos coletores que levam os resíduos até essas estações de tratamento<sup>8</sup>. Como resultado, grande parte do esgoto do território é despejado em valões e, conseqüentemente, na Baía de Guanabara. No entanto, a Estação de Tratamento de Efluentes de Alegria, no bairro do Caju, próximo à Maré, tem capacidade para tratar até 432 milhões de litros de esgoto por dia, mas recebe menos de 1% do esgoto produzido na Maré<sup>9</sup>.

O projeto inicial da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Alegria, que incluía a construção da Galeria de Cintura da Maré para ligar o sistema de esgotamento, conhecido como Sistema Alegria, não foi concluído após mais de 40 anos por falta de recursos. A concessionária Águas do Rio, responsável pela gestão do saneamento básico no território, já se comprometeu a realizar as obras necessárias para a construção do tronco coletor que estabelecerá a ligação com a ETE Alegria. O projeto já existe desde 2015 e já há estudos técnicos acontecendo na Maré para subsidiar o início das intervenções.

O lançamento de esgoto a céu aberto polui o solo e os recursos hídricos locais, afetando tanto a saúde dos moradores quanto a biodiversidade da Baía de Guanabara. Durante o verão, o mau cheiro e a presença de vetores de doenças se intensificam, exacerbando os problemas já existentes<sup>10</sup>.

As inundações fluviais são um problema recorrente na Maré, geradas pela falta de infraestrutura adequada de coleta e escoamento e intensificadas pelo volume crescente de chuvas em um contexto de mudança climática. Com ruas cheias, a mobilidade e segurança dos moradores ficam imediatamente comprometidas. A vida urbana é interrompida, trabalhos são suspensos, atividades escolares são canceladas, atividade econômica é impedida, e o medo de sofrer perdas ou prejuízos se instaura. Espaços coletivos de lazer são também afetados, como ocorreu, por exemplo, na quadra da escola de samba Gato de Bonsucesso que, em 2022, foi tomada pela água da chuva e se tornou notícia em vários canais de comunicação por manter o ensaio da bateria em quadra alagada<sup>11</sup>.

8 - Redes da Maré, “[Manual Biodigestor](#)”, 2025.

9 - Redes da Maré, “[Manual Biodigestor](#)”, 2025 & “[Carta de Saneamento da Maré](#)”, 2020.

10 - Redes da Maré, “[Plano de Ação: mitigação de impactos das mudanças climáticas na Maré](#)”, 2024.

11 - Metrôpoles (Leonardo Martins), “[Show não para: ensaio de escola no Rio segue em quadra alagada](#)”, março de 2022.

O problema também é agravado pelo fato de que, em muitas áreas, a rede de drenagem de águas pluviais e a rede de esgoto são misturadas, o que significa que, em dias de chuva, a água que inunda as ruas carrega também esgoto não tratado. Isso aumenta significativamente os riscos à saúde dos moradores, que ficam expostos a doenças infecciosas transmitidas pela água contaminada, como leptospirose, diarreia e hepatite. As poças de água que permanecem nas ruas por dias após as chuvas também se tornam locais propícios para a proliferação de mosquitos como o *Aedes aegypti*, transmissor de dengue, zika e chikungunya<sup>12</sup>.

Outro fator importante que contribui para o escoamento deficitário das águas da chuva é o **acúmulo de resíduos sólidos e entulho**, que obstruem os bueiros e canais de drenagem, impedindo o escoamento adequado da água. Na Maré, segundo a Comlurb, são produzidas diariamente entre 200 e 250 toneladas de lixo. De acordo com pesquisa realizada pela Redes da Maré, no âmbito do Ecoclima, apenas 63% dos moradores têm acesso à coleta de resíduos a cada três dias. Além do lixo domiciliar e público, um dos grandes desafios do território é o descarte inadequado de entulho e resíduos da construção civil, provenientes tanto de pequenas reformas quanto de obras de maior porte. Esses materiais, frequentemente despejados em locais impróprios – como terrenos baldios ou esquinas –, agravam os problemas de infraestrutura e saúde pública.

O acúmulo de lixo, resultado da coleta irregular, é levado pela chuva, obstrui bocas de lobo e intensifica as inundações e o transbordamento de esgoto. Essa situação crítica decorre de fatores como: coleta precária e irregular, baixa cobertura do serviço domiciliar, descarte irregular de entulho e insuficiência de garis para a varrição das vias públicas.

Quanto a infraestruturas de **abastecimento de energia elétrica** na Maré, a queda de energia é um evento constante, com sobrecargas no sistema elétrico. Para moradores, as quedas de energia interrompem atividades básicas e acentuam as desigualdades, principalmente durante o verão, quando há um uso maior de energia em relação ao inverno que sobrecarrega os fios e causa apagões. As redes de distribuição de energia elétrica da Maré são negligenciadas historicamente, e o sistema elétrico precário também é causador de consequências catastróficas como incêndios e explosões por problemas acarretados nos fios elétricos – curto circuito, sobrecarga, superaquecimento. É um cenário de dificuldade que expõe a vida do

morador à insegurança energética e coloca em jogo sua sobrevivência. Postes caídos sobre casas, fios de eletricidade pendurados e até quarteirões inteiros sem energia fazem parte do cotidiano da Maré.

Associado a isso, o calor extremo é uma das consequências mais evidentes das mudanças climáticas, afetando sobretudo as populações que vivem em favelas e periferias de grandes metrópoles, como o Rio de Janeiro. As ilhas de calor urbanas correspondem a áreas onde as temperaturas são significativamente mais altas do que em regiões rurais ou menos urbanizadas – um fenômeno amplamente intensificado pela dificuldade das políticas de urbanização em incorporar conceitos e soluções baseadas na natureza. Em algumas áreas da Maré, como na favela da Nova Maré, as temperaturas podem chegar a ser 6 °C superiores às registradas em outras zonas da cidade.

O aumento da temperatura na Maré é causado por diversos fatores: alta densidade de construções, concentração de asfalto e concreto que absorvem calor, escassez de áreas verdes, além da poluição causada por automóveis nas vias que circundam a Maré. Esses elementos criam um ambiente propício para a retenção de calor, exacerbando as temperaturas locais. O impacto das ilhas de calor vai além do desconforto térmico. As temperaturas elevadas aumentam o risco de insolação, exaustão pelo calor e agravam problemas cardiovasculares e respiratórios, principalmente entre os grupos mais vulneráveis como crianças, gestantes e idosos. A qualidade do ar também é uma preocupação que decorre destas circunstâncias. A Maré está sujeita à grande quantidade de gases poluentes emitidos por veículos que transitam nas vias expressas ao redor. Esse cenário é intensificado pela grande concentração de construções altas e próximas umas das outras, o que impede a circulação adequada de ar e dificulta a dissipação do calor e dos poluentes. A coleta precária de resíduos também é um outro fator que contribui para o problema, já que a queima do lixo libera ainda mais gases nocivos no ar. Isso pode levar a uma série de problemas, incluindo doenças respiratórias, cardiovasculares, agravamento de condições médicas preexistentes e afetando desde a gravidez, por passar à placenta, até idosos, por maior risco de infarto e acidente vascular cerebral ('derrame').

12 - Redes da Maré, "[Plano de Ação: mitigação de impactos das mudanças climáticas na Maré](#)", 2024.

## Manguezal da Maré

O território que hoje compõe o Conjunto de Favelas da Maré foi, em sua origem, um vasto manguezal, um ecossistema crucial para a reprodução de várias espécies e para a manutenção da qualidade ambiental da região. Ao longo do tempo, o processo de urbanização, com projetos de aterramento e canalização, modificou drasticamente essa paisagem. Apesar disso, o manguezal ainda é uma parte essencial do território, não apenas pela sua importância ecológica, mas também pela estreita relação histórica com os pescadores da região.

Restaurar o manguezal da Maré traria uma série de benefícios: a recuperação da fauna local, a melhoria da qualidade do ar através da captura de carbono, e o aumento da renda dos pescadores, que dependem diretamente da saúde desse ecossistema para sua subsistência. Além disso, a restauração pode ajudar a reduzir os impactos das mudanças climáticas, atuando como uma barreira natural contra enchentes e melhorando o microclima local.

E nesse contexto, um dos primeiros a ocuparem esse território hoje são uns dos que mais sofrem com a alteração do ecossistema original dele. Ao falar dos pescadores e da Maré, é evidente a estreita relação mantida entre os dois. Denota-se uma relação de sustento e trabalho vindo pelo mar, para uma população que tem a sua renda dependente diretamente das águas. Os pescadores, que carregam saberes ancestrais sobre o território, são os mais afetados pela degradação do ecossistema. O despejo de esgoto, o acúmulo de lixo e o assoreamento dos canais reduziram drasticamente a navegabilidade e a oferta de peixes, forçando-os a buscar sustento mais longe, ou por meio do ecoturismo. Para transformar essa realidade, é essencial um plano integrado de restauração do manguezal, que envolva tanto os pescadores quanto a comunidade e os poderes públicos.

Fonte: Redes da Maré, "[Plano de Ação: mitigação de impactos das mudanças climáticas na Maré](#)", 2024, p. 86.

## Enfrentamento aos impactos das mudanças climáticas: do local ao global

Diante da negligência estatal na resolução destes problemas fundamentais, moradores e organizações da sociedade civil vêm desenvolvendo projetos com alternativas locais e descentralizadas para os principais impactos climáticos. A Redes da Maré, por meio do seu eixo de trabalho sobre Direitos Urbanos e Socioambientais (DUSA), já realizou as seguintes experiências:

- **Ecoclima - Economia Circular e Clima:** promoveu justiça climática e soluções socioambientais integradas na Maré, Rio de Janeiro. Formou 20 jovens em mais de 600 horas de capacitação, envolvendo especialistas, universidades e organizações locais. Realizou um diagnóstico socioambiental em quatro favelas, com mais de 20 encontros e 500 pessoas mobilizadas. Desenvolveu três protótipos sustentáveis – composteira, biodigestor com wetlands e telhado verde – que trataram resíduos, purificaram água e reduziram temperaturas. As ações fortaleceram redes comunitárias e ampliaram o engajamento ambiental no território.
- **Respira Maré:** Realizou um diagnóstico sobre a qualidade do ar e as ilhas de calor no conjunto das 16 favelas da Maré. O intuito foi estabelecer uma rede de monitoramento de dados atmosféricos complementar à rede oficial sob uma perspectiva local, particularmente relevante em territórios como as favelas, onde as políticas públicas, frequentemente, não conseguem capturar e refletir as características territoriais
- **Climaré:** Um projeto de pesquisa e ação comunitária da Redes da Maré, voltado a compreender e enfrentar os impactos do calor extremo nas favelas. Unindo ciência, tecnologia e participação popular, o projeto busca melhorar a qualidade de vida e a saúde dos moradores. Suas ações se organizam em três frentes: formação e engajamento de jovens mulheres como agentes climáticas; produção de conhecimento sobre a relação entre calor, conforto térmico, qualidade do ar e saúde; e desenvolvimento de soluções socioambientais replicáveis para reduzir as altas temperaturas e problemas com qualidade do ar nas casas da Maré.

- **Tecendo soluções climáticas na Maré:** Seguindo o arcabouço metodológico desenvolvido pelo Eixo de Direitos Urbanos e Socioambientais da Redes da Maré, o projeto integra formação e mobilização de moradores, produção de dados locais e implementação de soluções baseadas na natureza. No escopo do projeto, serão implantados 10 jardins de chuva, 15 composteiras, 5 telhados verdes e 7 hortas.
- **LabMaré:** São espaços multidisciplinares de prototipagem colaborativa para o desenvolvimento de projetos socioambientais, que contam com a participação de colaboradores e mentores de diferentes áreas do conhecimento. Os laboratórios oferecem formação e recurso financeiro às propostas.



Acesse o site da Redes da Maré para conferir mais dessas experiências e publicações.

## Conclusões: abordagens territorializada na busca por soluções ambientais globais

As mudanças climáticas e o advento mais frequente de eventos extremos, como ondas de calor, chuvas torrenciais e aumento da poluição do ar, afetam a qualidade de vida humana. Mas seus efeitos são profundamente desiguais. Estudos reiteram que grupos em situação de vulnerabilidade (crianças, idosos, gestantes e PCD) enfrentam maiores riscos de agravamentos em saúde. Mas apesar desses dados são poucas as ações concretas de mitigação e adaptação. Além disso, as disparidades na distribuição de recursos acentuam as consequências desastrosas para territórios e populações historicamente à margem da expansão produtiva e de consumo - estejam elas nas florestas, nos campos ou nas cidades de todo o mundo.

Enquanto o foco nos debates da COP30 segue uma perspectiva macro desarticulada com as realidades territoriais singulares do país, **insistimos na importância das perspectivas locais para monitorar adequadamente os impactos desproporcionais que vivenciam as populações racializadas, faveladas e periféricas.** O resultado desse descompasso é a invisibilização dos problemas ambientais nesses territórios. Sem dados e registros, é praticamente impossível mensurar o problema e entender seu impacto prejudicial sobre a população.

Desde a Maré, território de favela do Rio de Janeiro, há diversas experiências e lições a serem compartilhadas para as discussões que ocorrem na região da Amazônia neste mês de novembro de 2025. Especialmente diante de decisões recentes que abrem o caminho para a exploração de petróleo e gás na foz do rio Amazonas<sup>13</sup>, a experiência da população do entorno da Baía de Guanabara se torna ainda mais relevante.

13 - Nexo Políticas Públicas (Camila Pierobon), "O petróleo cerca a vida: lições da baía de Guanabara para o futuro da Amazônia", Julho de 2025.



Foto: Patrick Marinho

# redes<sup>da</sup>maré

[WWW.REDESDAMARE.ORG.BR](http://WWW.REDESDAMARE.ORG.BR)  21 99924 -6462  
   REDESDAMARE  REDESDAMAREOFICIAL